

Sem pressa

E stá confirmado: os bancos credores não têm pressa nenhuma em fechar a renegociação da dívida externa brasileira. Se havia ainda alguma esperança de que os representantes brasileiros nas negociações de novembro regressassem com um grande trunfo nas mãos, algo como condições ainda mais favoráveis que as obtidas pelo México, essa expectativa esvaiuse. Foi tudo adiado para dezembro.

Na realidade, não se configura formalmente o adiamento. O Comitê de Assessoramento constituído pelos bancos reuniu-se, ouviu os brasileiros — em especial o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore — e ficou de examinar as condições. Nada de anormal. Só que não era isso que se esperava há seis semanas.

A essa época, a expectativa brasileira era de que a reunião ocorreria nos primeiros dias de novembro, teria caráter decisório e seria bastante favorável ao Brasil. Chegou-se a pensar em uma ampliação da delegação brasileira, com o ministro Delfim Netto a acompanhando, preparando-se as coisas para um regresso triunfal.

Nesse período, porém, a sucessão presidencial — a daqui — aqueceu-se. Os banqueiros propuseram um primeiro adiamento do encontro, alegando para isso a necessidade de se acompanhar a sucessão presidencial — a de lá, a norte-americana. Ficou tudo para meados de novembro. Delfim cancelou sua viagem.

Tecnicamente, o que ocorreu agora, duas semanas depois da data prevista de início, não configura uma procrastinação por parte dos bancos. O Brasil não está mais no sufoco de um ano atrás, mostrando até um incremento substancial em suas reservas. E os bancos têm pleno direito de examinar com calma as reivindicações que lhes foram apresentadas na quinta-feira.

Mas o real motivo da demora não está aí. O coordenador do Comitê de Assessoramento, William Rhodes, negou conhecer com antecedência a proposta brasileira. Foi desmentido, de forma seca embora sorridente, pelo presidente do Banco Central: "sabe sim", disse ele, diante do próprio Rhodes. Na verdade, não há surpresas aí. O Brasil quer 14 anos para pagar as amortizações a vencer até 1991, em um total pouco superior a US\$ 49 bilhões, além de **spread** mais baixo e da utilização da **libor** como base de cálculo, em vez da **prime**. Os bancos, bem informados como são, tinham pleno conhecimento do que viria.

Exatamente por serem bem informados é que os banqueiros preferem esperar. Eles têm que negociar com o governo atual. Mas já o qualificam com a expressão norte-americana **lame duck**, que corresponde, em tradução livre, a fim de mandato. A cúpula econômica brasileira acreditou sempre que contava com um trunfo, a certeza dos banqueiros e do FMI de que, fosse quem fosse o próximo presidente, não haveria grandes mudanças.

Os bancos efetivamente crêem nisso. Mas, se não há urgência na negociação — diferentemente do que ocorria meses atrás, não estariam matando a galinha dos ovos de ouro —, por que não esperar mais um pouco? Assim, haverá vários encontros entre os banqueiros, várias reuniões com o Comitê de Assessoramento. Enquanto isso, tudo fica mais claro.

EDUARDO BRITO